

Desigualdade Social e o Processo de Urbanização de Curitiba: O Caso do Jardim Parque Iguaçu

Luiz Belmiro Teixeira¹
Maria Tarcisa da Silva Bega²

Resumo: Esse artigo pretende apresentar uma discussão teórica baseada em um estudo de caso que possibilite fundamentar um modelo teórico capaz de conduzir metodologicamente uma pesquisa nos âmbitos da Sociologia da Cultura e da Sociologia Urbana, procurando apreender a dimensão urbana da desigualdade social brasileira. Faremos a discussão a partir da análise do Jardim Parque Iguaçu, bairro surgido de um complexo de ocupações irregulares, o Bolsão Audi-União, em Curitiba-PR. A principal preocupação metodológica é instrumentalizar ferramentas teóricas capazes de apreender o sentido das ações dos agentes envolvidos no processo. Acreditamos que tais instrumentos metodológicos podem ser encontrados em outra literatura sociológica específica, na Sociologia da Cultura, na corrente dos Estudos Culturais ingleses.

Palavras-chaves: Jardim Parque Iguaçu; Urbanização; Desigualdade Social.

Social Inequality and the Urbanization Process of Curitiba: The Case of Iguassu Garden Park

Abstract: This paper presents a theoretical discussion based on a case study that intends to base a theoretical model capable of conducting methodologically a research in the ambits of the Sociology of Culture and Urban Sociology, trying to apprehend the urban dimension of Brazilian social inequality. We will make the discussion based on the analysis of Iguassu Garden Park neighborhood, that which emerged from the “Audi-União” squatter settlement in Curitiba-Pr. The main methodological concern is to instrumentalize theoretical tools capable of apprehending the meaning of the actions of the agents involved in the process. We believe that such methodological instruments can be found in other specific sociological literature, the Sociology of Culture, in the theoretical current of English Cultural Studies.

Keywords: Iguassu Garden Park; Urbanization; Inequality social; Audi-União squatter settlement.

¹ Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná, e doutorando pela mesma universidade. Professor de Sociologia do Instituto Federal do Paraná, campus Paranaguá. luizbelmiro79@gmail.com

² Mestre e doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo, Pós-Doutora em Sociologia pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Professora de Sociologia da Universidade Federal do Paraná. tarcisa.silva@gmail.com

Introdução

O presente artigo se trata de um esforço no sentido de construir um modelo teórico para analisar a dimensão urbana da desigualdade social brasileira. Pretendemos elaborar este modelo a partir de um estudo de caso, do bairro Jardim Parque Iguaçu, surgido do complexo de ocupações Bolsão Audi-União, em Curitiba-Pr. Nossa principal preocupação metodológica é instrumentalizar ferramentas teóricas capazes de apreender o sentido das ações dos agentes envolvidos no processo. Acreditamos que tais instrumentos metodológicos podem ser encontrados em outra literatura sociológica específica, na Sociologia da Cultura, na corrente dos Estudos Culturais ingleses.

O Padrão Periférico da Urbanização Brasileira

Primeiramente, devemos destacar a rapidez com que se deu o processo de urbanização no Brasil. No período de pouco mais de um século, o país deixou de ser predominantemente rural para se tornar urbano, segundo o IBGE, saltamos de 10% da população em cidades, em 1900, para 83% em 2010. Sendo que a barreira rural foi ultrapassada na década de 70, quando a população urbana alcançou 56% da população total (SANTOS, 1994).

O resultado do processo foi a formação de uma estrutura urbana calcada em nove Regiões Metropolitanas, que impôs um mercado de trabalho urbano unificado. A concentração de trabalhadores nessas Regiões Metropolitanas era evidente, apresentando taxas de crescimento populacional de 3,8% ao ano. Os espaços metropolitanos se caracterizaram por um gradiente decrescente de condições de vida, inserção no mercado de trabalho e acesso à renda do centro para as periferias. Os espaços periféricos seriam os mais distantes e de menor renda diferencial, ocupados pela população de mais baixa renda (KOWARICK, 1979; BONDUKI; ROLNIK, 1979).

Enquanto processo em si, a urbanização brasileira foi caracterizada como sociopática (PEREIRA, 1969), devido aos desequilíbrios provocados pela implantação do “capitalismo periférico”, devido às relações estabelecidas de dependência econômica em relação aos países centrais. Na década de 1960, foi elaborado, no Rio de Janeiro, o “padrão periférico de urbanização”, e adotado em estudos pelo resto do Brasil (SANTOS; BRONSTEIN, 1978). “Padrão” definido pela segregação social das camadas populares de menor renda, a autoconstrução das moradias e a precariedade das condições de consumo coletivo (VALLADARES, 1980). Seria o resultado de um processo que conjugava a ação estatal com a conjuntura econômica, a industrialização a partir da década de 1950 teria imposto uma urbanização com características tipicamente metropolitanas, com forte expansão da malha urbana e vastas periferias. Estas sem as mínimas condições de serem habitadas, com a justificativa de abrigar o enorme contingente de trabalhadores que chegava às cidades, especialmente na Região Sudeste.

Os estudos sobre São Paulo utilizaram a noção de padrão periférico para explicar as particularidades da metropolização, a partir do processo de “industrialização subdesenvolvida” (KOWARICK; CAMPANÁRIO, 1988). A característica principal seria a combinação entre modernização (com o conseqüente aumento da produtividade) e as formas absolutas de extração da mais-valia: contenção salarial, extensão da jornada de trabalho e precarização das condições de trabalho.

Equivalente à relação capital/trabalho nestes moldes, estabelece-se de forma concomitante, via intervenção do Estado, um crescimento urbano segregador e excludente. Primeiramente,

porque a política pública atende prioritariamente às necessidades do grande capital no que diz respeito à infraestrutura e serviços urbanos, deixando em segundo plano a reprodução da força de trabalho. E, além disso, há uma omissão do poder público no controle do crescimento urbano, o que permite que o espaço das grandes cidades seja organizado ao sabor da especulação imobiliária, encarecendo enorme e artificialmente o preço da terra. Esta seria a explicação para um mercado imobiliário restrito e/ou travado (MARICATO, 2000), que atendia apenas 15% a 30% da população dependendo das características das cidades e regiões do país. As classes populares seriam, então, obrigadas a morar nos espaços periféricos e sem acesso aos equipamentos e serviços urbanos.

Em meio a este movimento emerge um conceito que unifica, no plano analítico, as relações de exploração e o processo urbano, além de orientar diversas pesquisas, a “espoliação urbana” (KOWARICK, 2000). Definida como o conjunto de extorsões sofridas pelas classes baixas, que cumprem uma função necessária ao processo de acumulação capitalista no país, ou seja, rebaixar o custo da reprodução da mão de obra industrial.

As periferias seriam o território da sistemática exclusão das camadas populares do acesso aos serviços de consumo coletivo, construídas e reconstruídas pelo Estado e pela própria dinâmica da acumulação. O papel do Estado seria mediatizar a reprodução dos trabalhadores, mediante a regulação das condições de trabalho e de remuneração e, ainda, de maneira direta e/ou indireta, pela geração de bens de consumo coletivo essenciais à reprodução urbana dos trabalhadores. Então, mesmo quando a alta pauperização é mantida, os padrões de reprodução urbana podem melhorar ou piorar dependendo do que os moradores consigam obter do poder público, em termos de serviços e equipamentos coletivos, subsídios à habitação ou facilidades de acesso a terra provida de infraestrutura. A relação entre segregação e desigualdade social seria, desta forma, umbilical e teria uma função estrutural, comum a outros países de capitalismo tardio: possibilitar a acumulação mediante a manutenção de um vasto exército industrial de reserva, como elemento indispensável ao processo.

Em coletânea de textos editada por MARICATO (1979), a autoconstrução da moradia aparece como um elemento central na urbanização das grandes cidades brasileiras. Entendida como riqueza social posta a serviço da reprodução do capital e como o espaço construído como produto de uma atividade tecnicamente atrasada, porém lucrativa, devido à combinação de novas e velhas formas sociais, e a política habitacional elitista como decorrente da natureza de classe do Estado. Ao analisarem o loteamento da periferia de São Paulo, Bonduki e Rolnik (1979) explicam a autoconstrução da moradia e a inexistência da infraestrutura e dos equipamentos urbanos como vigência da “espoliação urbana”. A partir destes dois elementos teríamos um conjunto de condições precárias a que os trabalhadores têm que se sujeitar para vender sua força de trabalho numa cidade onde suas necessidades não são consideradas prioridade por parte do Estado.

Apesar de desenvolvida na década de 1970, a noção ainda esteve na base de diversas análises durante a década seguinte. De acordo com o próprio Kowarick (2000), a principal crítica a esses estudos seria o fato de apresentarem uma estrutura sem sujeitos, que se impõe de forma inevitável sobre os indivíduos. No sentido de superar esta perspectiva, durante a década de 1990 novos estudos optaram por realizar trabalhos marcados por um viés quase antropológico na direção do nível micro, destacando os atores sociais em meio a seu cotidiano e a construção de identidades como base de ações coletivas e mobilizações. Mas, por outro lado, esta proposta acabou produzindo estudos localizados e pouco generalizáveis, substituindo

a estrutura sem sujeitos por sujeitos que atuam sem constrangimentos estruturais. Justamente em meio a esta lacuna teórica que procuramos nos posicionar com nosso trabalho, dando espaço aos sujeitos em suas ações cotidianas, mas sem perder de vista que eles estão inseridos em um processo mais amplo, a urbanização de uma das maiores capitais do país. A seguir, veremos o cenário no qual nossos agentes estão inseridos, ou seja, o das ocupações irregulares das grandes metrópoles brasileiras.

Favelas e ocupações irregulares

No Brasil, áreas de ocupações irregulares são conhecidas popularmente como favelas, termo utilizado para definir regiões urbanas que possuem um baixo nível de qualidade de vida e cujos habitantes são pessoas de baixa-renda, que residem em moradias precárias construídas por eles próprios com materiais, em geral, reaproveitados. Outras características marcantes das favelas são o excesso de população, a falta de saneamento básico e os altos índices de violência. A constatação de sua vulnerabilidade acabou tornando a favela reconhecida oficialmente como área de habitações irregularmente construídas, sem arruamentos, sem plano urbano, sem água, sem luz.

Segundo os dados do IBGE, os domicílios e a população em áreas de favelas vêm, desde 1980, crescendo a taxas maiores que a população total. Entre 1980 e 1991, os domicílios totais do país cresceram 3,08% ao ano, enquanto os localizados nas favelas cresceram 8,18% no mesmo período. Na década seguinte, entre 1991 e 2000, os domicílios totais aumentaram 3,05% anuais, enquanto que, nas favelas, tivemos uma taxa de incremento anual de 4,18%. E mais recentemente, entre 2000 e 2010, a taxa de crescimento nas favelas foi de 6,93%, ao passo que a nacional ficou em 0,57%. Ainda comparativamente, enquanto a população brasileira cresceu a 1,9 % ao ano entre 1980 e 1991, e 1,6% entre 1991 e 2000, a população favelada cresceu respectivamente 7,65% e 4,18%. A população em números absolutos, a população favelada em 1980 alcançava 2,25 milhões de pessoas, em 1991 mais de 5 milhões, 6,5 milhões em 2000, e, finalmente em 2010, chegou a 11,4 milhões. Conseqüentemente, a participação da população favelada no total da população brasileira também aumentou consideravelmente, em 1980 representava 1,62% da total, subindo para 2,76% em 1991, 3,04% no ano 2000 e 6% em 2010. As projeções do IBGE estimam que o país deve ter 55 milhões de pessoas morando em favelas em 2020, o que representará 25% da população do País. Em 1991 os aglomerados favelados, segundo o censo, eram 3.187, no ano de 2000 atingiram 3.906 assentamentos, e 6.329 em 2010 (IBGE, 1980; 1991; 2000; 2010; 2011).

Detalhando melhor o último censo, temos, atualmente, 11.149 moradias localizadas entre aterros sanitários, lixões e áreas contaminadas por linhas de alta tensão, além de 4.198 domicílios próximos a oleodutos e gasodutos. Os números de 2010 apontam que o Brasil possui 15.868 setores subnormais, que somam uma área de 169.170 hectares e contam com 3.224.529 domicílios particulares permanentes ocupados. Estes setores representam 5% de todos os setores censitários em que o país foi dividido para a realização da pesquisa e formam os 6.329 aglomerados subnormais identificados.

Falando de Curitiba especificamente, desde a década de 1970, a capital paranaense ficou conhecida como uma cidade inovadora, onde os serviços públicos como transporte e limpeza funcionavam e geravam qualidade de vida. Politicamente, o período de redemocratização no final dos anos 1980 foi marcado pelo início das sucessivas administrações do grupo político

associado ao ex-presidente do IPPUC Jaime Lerner (prefeito da cidade nomeado nos anos 1970 e eleito pelo voto direto em 1988), cujo discurso se caracterizava principalmente por dois pontos: a eficiência técnica do planejamento urbano e da cidade como Capital Ecológica.

Apesar da eficiência eleitoral deste discurso³, Firkowski (2002) afirma que o planejamento urbano de Curitiba se revelou incapaz de projetar e, principalmente, de preparar a cidade para uma nova dimensão metropolitana e atender as demandas da região como um todo. Além disso, foi igualmente incapaz de conter a ação do capital imobiliário na produção do espaço, deixando em segundo plano o projeto de uma cidade socialmente mais justa. Ao invés disso, o planejamento só aprofundou as diferenças já existentes, uma vez que valorizou o solo urbano e restringiu seu acesso a determinados grupos sociais.

O urbanismo teria funcionado no sentido de, durante as últimas décadas, empurrar a população para as chamadas áreas de risco ou de preservação ambiental, para além dos limites da cidade de Curitiba, nos municípios que compõem a Região Metropolitana. Em suma, o planejamento urbano foi capaz de valorizar sobremaneira o solo em certas porções do território em detrimento a outros, que teria resultado numa progressiva e crescente seletividade espacial. Sob esse caráter elitista, colaborou decisivamente para a formação de periferias expandidas, segregadas e pobres.

A dinâmica da produção de moradias para a população de baixa renda em Curitiba teria sido praticamente a mesma das grandes metrópoles brasileiras desde a década de 1970 (SILVA, 2014), marcada pelo crescimento e pela concentração das favelas, em conjunto com a produção habitacional financiada pelo Estado via Município. O resultado seria a formação de uma periferia nos limites da cidade em que as habitações foram construídas pelos próprios moradores, seguindo o modelo da autoconstrução que verificamos no resto do país, em loteamentos que vinham sendo aprovados na região metropolitana desde a década de 1950.

Tanto que o crescimento da cidade ao longo das últimas quatro décadas foi acompanhado pela formação de favelas espalhadas por toda sua malha urbana, segundo dados do IPPUC, o número de ocupações irregulares saltou de 21 em 1971 para 341 no ano 2007. Nas duas últimas décadas, os espaços informais cresceram e difundiram-se em toda a extensão da metrópole, passando de 571 assentamentos e 54.662 domicílios em fins de 1990, para 984 assentamentos e 98.444 domicílios no final da de 2000 (SILVA, 2012).

Desta forma, até o final da década de 1980, a organização socioespacial de Curitiba teria obedecido ao padrão centro-periferia (ULTRAMARI; MOURA, 1994), nos seguintes termos: um núcleo de ocupação situado no município polo habitado por uma população de renda mais elevada, atendido por serviços e equipamentos urbanos; uma coroa de ocupação periférica nos limites da cidade, que avançava sobre o território dos municípios do entorno, habitada pela população migrante e de renda mais baixa que dependia da cidade-polo em relação ao emprego, aos serviços e aos equipamentos públicos; núcleos de ocupação pré-existentes à periferização, situados nos municípios do entorno separados das duas espacialidades anteriormente destacadas.

Mas, desde a década de 1990 seria possível identificar uma mudança na lógica de produção dos espaços de moradia popular em Curitiba e Região Metropolitana (PEREIRA; SILVA, 2009), caracterizada por uma redução significativa da produção de lotes formais e

³ Jaime Lerner conseguiu fazer a linha sucessória da prefeitura de Curitiba em seu grupo político até as eleições de 2012, além de ter sido Governador do Estado por dois mandatos seguidos (1998-2002).

um aumento do número de domicílios em espaços informais. Nessa década muda também a política de atendimento às necessidades habitacionais no Município, em função da redução dos recursos federais e da crise econômica. As famílias com renda abaixo de três salários mínimos ficou praticamente fora do mercado imobiliário formal, a COHAB passa a produzir lotes urbanizados destinados à autoconstrução (CURITIBA, 2006).

Assim, nas duas últimas décadas teria se consolidado um padrão que se distancia do anterior centro-periferia, com uma participação de todos os envolvidos no mercado imobiliário, tanto formal quanto informal. O mercado imobiliário passa a se caracterizar por novas formas de acesso à moradia informal, destacando a produção de loteamentos clandestinos e irregulares.

Cinco grandes áreas concentram a maioria dos habitantes residentes em ocupações: o Jardim Xapinhal, o Jardim Pantanal, o Conjunto Bela Vista e o Conjunto Terra Santa, todos na zona sul da cidade, e o complexo Bolsão Audi-União na região leste. Esta última que deu origem ao Jardim Parque Iguaçu, e uma de suas ocupações, a Vila União Ferroviária, é nosso objeto de estudo. Estas ocupações participaram do processo de desenvolvimento da cidade das últimas décadas, atualmente, segundo a COHAB, cerca de 165 mil pessoas, mais de 10% da população curitibana, moram em ocupações irregulares na capital do Estado.

Em trabalho de Silva (2012), uma análise da localização e da década de origem das ocupações irregulares em Curitiba permitiu à autora apontar que, durante as últimas décadas, a expansão dos espaços informais de moradia tem contribuído para a extensão da mancha urbana em todas as direções do território do Município. Principalmente em direção ao sul da área urbana central de Curitiba, que concentrou o maior número de assentamentos informais com origem nas décadas anteriores à de 1990, enquanto ao norte se concentram os surgidos a partir da década de 2000. Ou seja, as ocupações irregulares estão inseridas no processo de expansão da capital paranaense, se integrando à cidade de Curitiba para formar uma só cidade, marcada profundamente pela desigualdade. O poder público se vê obrigado a reconhecer o impacto das ocupações e o quanto estão integradas no desenvolvimento da cidade, a ponto de promover a regularização e a urbanização de várias dessas áreas nas últimas décadas.

Buscamos, com nosso trabalho, compreender o processo de urbanização da cidade de Curitiba a partir da dinâmica entre os bairros formais e as ocupações irregulares, como a capital estende sua malha urbana. Portanto, necessitamos de instrumentos teóricos que nos possibilitem apreender este processo em sua complexidade, em sua dinâmica. Acreditamos ter encontrado este instrumento no modelo teórico elaborado por Raymond Williams em sua proposta para a Sociologia da Cultura. O autor faz uma leitura de um conceito caro à tradição marxista, o conceito de hegemonia, e o amplia com o objetivo de dar conta de sua dimensão processual.

A Urbanização Vista Enquanto Processo Hegemônico

Na leitura de Raymond Williams do conceito de hegemonia gramsciano (WILLIAMS, 1979), o autor procura identificar, em meio aos processos de organização social e controle nas sociedades contemporâneas, as relações de domínio e subordinação e suas respectivas formas. O que nos permite falar de realidades que nos são próximas, como a urbanização da nossa própria cidade. A hegemonia é vista, então, como um processo, vivenciado, ou, em suas palavras, vivido.

A totalidade hegemônica enquanto processo não significa que seja algo totalitário, que ocorra em um único sentido. A complexidade de suas estruturas internas não se limita a uma passividade como forma de dominação, mas avança no sentido de um movimento constantemente renovado, recriado, defendido e modificado. Tal caráter ativo significa que todo processo hegemônico sofre constantemente resistência, por sua vez desafiada por pressões que não são fruto de suas próprias ações.

Portanto, não devemos entender o “hegemônico” como total ou exclusivo, uma vez que existem formas de política e cultura alternativas, ou diretamente opostas, como elementos significativos da sociedade. Vemos a urbanização de Curitiba nestes moldes, como um processo hegemônico que incorpora a experiência cotidiana dos habitantes da cidade, para além dos principais agentes políticos e técnicos, como administradores públicos e urbanistas. Tomaremos este processo a partir de um caso específico, de um novo bairro da cidade de Curitiba, que teve seu início em um movimento de ocupações irregulares durante a década de 1990.

O Complexo de Ocupações Audi-União e a Vila União Ferroviária

Surgido em 1998, o complexo Bolsão Audi-União teve início com ocupações a partir da área da BR – 277, onde já havia uma planta de habitação da COHAB (planta Evaristo) e um conjunto de moradias construídas por ela. O nome da primeira ocupação, a Vila Audi, seria devido a uma confusão feita pelos primeiros ocupantes, que teriam entendido errado o nome do conjunto já existente da COHAB, a Vila Reno. O nome Reno foi associado à fábrica de automóveis da francesa Renault, que à época se instalava no Estado do Paraná, e, numa forma de se contrapor, os ocupantes chamaram a ocupação de Vila Audi, numa referência à alemã Audi, que também se instalava na Região Metropolitana de Curitiba à mesma época. Mas a ocupação não se limitou às margens da rodovia e do conjunto, estendendo-se durante os anos posteriores em direção ao sul, às margens do Rio Iguaçu, dando origem a outras vilas na seguinte ordem: Vila Jardim União, Vila União das Ilhas, Vila Icarai e Vila Alvorada. No caso da Vila União Ferroviária, a área que analisamos, o nome faz uma referência à linha de trem que delimita a área, que acaba funcionando como uma espécie de fronteira com a cidade regularizada e urbanizada. Em 2011, após obras realizadas em conjunto pela Prefeitura e Governo Federal, o complexo foi oficializado como bairro da cidade, com o nome de Jardim Parque Iguaçu⁴.

Analisamos a história da vila trabalhando a trajetória de algumas famílias que participaram do movimento de ocupação e ainda residem na área, procurando demonstrar como elas, à medida que foram constituindo suas vidas, construíram um novo bairro em meio a cavas, lixo e restos de obras. Entendemos esta história de forma processual, tomando cada ação individual, cotidiana, como elemento constituinte de um todo produzido historicamente, o processo de urbanização de Curitiba. Compreendemos como elementos constituintes não apenas as ações, mas também tudo que as inspirou: motivações, desejos, perspectivas.

Quando do início do movimento, não havia uma organização estabelecida da ocupação, uma direção ou uma coordenação formalmente instituída, apenas um dos ocupantes fazendo as vezes de líder, tornando-se, na sequência, o primeiro Presidente da Associação de Moradores, conhecido simplesmente por “Coxinha”. Não houve um processo de consulta entre os

⁴ O projeto inicial previa o investimento de 43,5 milhões em recursos da Prefeitura e do Ministério das Cidades na regularização e em obras de urbanização.

participantes que o elegeisse como líder, o que supostamente o capacitava para liderar o movimento teria sido seu protagonismo em dar início à rede de relações que difundiu e organizou minimamente a ocupação.

Neste período, como ainda não havia uma diretoria constituída da associação, o Presidente assumia para si a função de representar os ocupantes em reuniões e negociações com o poder público. Enquanto tal, “Coxinha” personificava a associação, como se fosse sua propriedade não apenas a instituição, mas o próprio bairro que surgia. Além da participação destas reuniões, o papel da associação neste início de ocupação se resumia a fornecer uma carteirinha aos ocupantes, documento confeccionado mediante o pagamento de cinco reais, que atestava e garantia a posse do lote que a família pagante tinha ocupado.

Da mesma forma que sua liderança foi imposta, “Coxinha” teria feito prevalecer sua vontade ao escolher quem ajudaria na organização da ocupação. Os escolhidos foram outros dois ocupantes, Ceará e Simão, juntos, os três começaram a medir os “lotes” e dividir a ocupação em quadras. Neste princípio, os três tomaram posse de vários lotes, para vendê-los em seguida a novos ocupantes, dando início a um mercado imobiliário informal dentro da ocupação.

E como identificar e localizar os elementos constituintes do processo de urbanização de Curitiba em meio ao movimento de ocupação? A proposta metodológica de Raymond Williams vai nos ajudar neste sentido, pois, ao ler o conceito de hegemonia, vai além e o amplia ao estabelecer relações entre elementos que, segundo ele, compõe o processo cultural: “dominante”, “residual” e “emergente”. Ao dizermos que consideramos as ações dos agentes envolvidos no processo em questão, de surgimento do bairro Jardim Parque Iguaçu, como constituintes do processo de urbanização da cidade de Curitiba, estamos localizando essas mesmas ações em meio aos elementos de um processo hegemônico.

Nossa análise parte do pressuposto de que cada uma destas pessoas, em suas trajetórias, por meio de suas ações, participou ativamente do processo de urbanização de Curitiba das últimas décadas. Podemos dizer que temos um movimento por meio do qual as forças que conduzem o processo de urbanização no país e na cidade se fazem presentes, exercendo pressões e limites sobre as experiências vividas dos habitantes. Essas forças possuem uma necessidade contínua em serem renovadas, legitimadas, defendidas e transformadas; e, portanto, trabalham neste sentido.

Essas forças podem ser definidas como os elementos dominantes do processo de urbanização de Curitiba, pois, em linhas gerais, procuram a manutenção e a continuidade da ordem social vigente. Consideramos o dominante aqui como o padrão de urbanização brasileiro, identificando as forças dominantes que atuam no processo em questão: conjuntura macroeconômica, êxodo rural, concentração de terras e desigualdade social.

Primeiramente, a urbanização da cidade é marcada pelo caráter tecnocrático do planejamento urbano, para além de sua formulação, também em sua efetivação, via o grupo político no poder durante as últimas décadas. À época em que ocorreu a ocupação da área, era muito forte a divulgação da imagem da capital paranaense como capital ecológica, durante a primeira administração do prefeito Cássio Taniguchi (1997-2000). Os próprios moradores da cidade compraram a imagem ecológica da capital, promovida pelo marketing, e eram agentes importantes na divulgação desta imagem pelo país, em contato com amigos e familiares, como no caso de diversas famílias que participaram da ocupação. Mas esta imagem não teria sido o único fator de atração para as pessoas que vieram morar na área.

A conjuntura macroeconômica do final dos anos 1990 foi definida por uma crise econômica internacional que afetou o país como um todo, em vários setores da economia, e deixou muitos profissionais desempregados⁵. Sem oportunidades nas áreas em que atuavam, alguns foram forçados a mudar de profissão, e devido à falta de qualificação, não conseguiram se recolocar bem no mercado, tanto financeiramente quanto no sentido da estabilidade, passando por vários empregos mal remunerados em poucos anos.

Neste sentido, o principal fator de atração de Curitiba para estas pessoas, que apesar de, na época, ainda ser recorrente a imagem da capital ecológica, cidade modelo, foi o fato de a cidade ser “simplesmente” uma capital. Acreditavam que seria mais fácil enfrentar a crise econômica na capital, que devido ao seu tamanho ofereceria mais oportunidades de emprego, com rendimentos melhores do que no interior.

A vinda dos primeiros ocupantes da Vila União pode ser entendida como parte deste movimento de êxodo rural, embora em alguns casos tenham tido uma trajetória bem errática, com a cidade de Curitiba sendo apenas o destino final depois da passagem por vários municípios e Estados. A falta de emprego foi o principal motivo do êxodo, sendo que, no caso de uma família especificamente, condições de saúde pública foram citadas como determinantes para a migração. O mundo rural era carente não apenas no sentido econômico, de baixo desenvolvimento, mas também no que diz respeito à oferta de serviços públicos.

Mas, as condições financeiras dos primeiros ocupantes não lhes deram as mesmas oportunidades de enfrentar a crise que outras pessoas, desde antes de sua chegada suas vidas já eram profundamente afetadas pela desigualdade social, que não os deixou de afetar após chegarem à cidade. Tanto que descrevem sua chegada com expressões como “com uma mão na frente e outra atrás”, e “com a roupa do corpo”. Seus baixos salários não lhes permitiam comprar uma casa ou apartamento financiado, e também morar de aluguel em um bairro bem localizado. Seu destino acabou sendo a periferia de Curitiba, morando de aluguel ou de favor na casa de parentes.

Enquanto cidade mercadoria, Curitiba não estava à venda apenas para grandes investidores e especuladores imobiliários, todas as classes podiam comprá-la, embora nem todas pudessem consumi-la da mesma forma. A ocupação da cidade e a valorização dos espaços urbanos obedeciam a tal lógica, quanto mais próximo das áreas centrais, mais caro e, portanto, acessível a uma parcela menor da população, restando, assim, às populações mais pobres se dirigirem à periferia da cidade, em áreas que, por muitas vezes, não possuíam estrutura para atender uma nova ocupação. Neste contexto, os terrenos disponíveis e acessíveis aos bolsos dos mais pobres, além de distantes, são totalmente desprovidos de serviços públicos básicos.

Qualquer ordem cultural inclui elementos disponíveis do seu passado, mas seu lugar no processo cultural contemporâneo é variável. Nesse sentido, deveríamos procurar por elementos que reconheçam, sobretudo, as relações dinâmicas internas de qualquer processo social. Tomemos, então, a seguir, o residual, um elemento que, apesar de ter sido formado no passado, apresenta-se ainda ativo no processo cultural como um elemento efetivo do presente. Este pode ter uma relação alternativa ou mesmo oposicional com o dominante, ou, ainda, ter totalmente incorporado de forma ativa na cultura dominante.

⁵ Em 1998, especificamente, a taxa de desemprego atingiu uma das maiores médias de nossa história recente, 7,6% durante o ano.

Na Vila União Ferroviária, podemos identificá-lo em elementos ainda presentes de forma bem significativa na vida das pessoas: as relações de amizade, os laços de parentesco e o mercado imobiliário. Começando pelas relações de amizade, todos os participantes ficaram sabendo da ocupação no simples boca-boca, e a organização do movimento teria se dado por meio de conversas informais entre as pessoas que se dispuseram a participar. A rede de relações formadas a partir daí se apresenta como mais um elemento constituinte da experiência coletiva de todas as famílias inseridas no movimento, que definiu o caráter do processo.

Ao ser formada, a partir de relações de amizade, a rede de relações de que participavam os integrantes do movimento de ocupação da futura Vila União Ferroviária era constituída basicamente por relações informais. Isto não nos permite identificar uma pauta que unificava todos os participantes, muito menos um programa político a partir do qual eles organizavam suas ações. De modo que não havia uma crítica mais elaborada aos governos municipal, estadual ou federal. Por exemplo, a pauta da reforma urbana, reivindicada pelos movimentos de luta por moradia existentes no país, não era objetivo pretendido ou ideal almejado pelo movimento.

Não tivemos, então, a participação de movimentos sociais organizados, a adesão ao movimento não significava uma adesão a quaisquer princípios políticos, ou a identificação com valores defendidos por seus membros. Como se tratava de um movimento aberto, a participação não possuía qualquer tipo de pré-requisito, cadastro prévio ou inclusão em alguma fila de espera por moradia. Da mesma forma, não havia uma classificação entre os participantes para identificar as necessidades de cada família, e qual tinha mais urgência em conquistar uma moradia própria, bastava conhecer alguém que soubesse do movimento e se dispor a participar da ocupação de uma área sem qualquer estrutura apropriada.

Apesar da necessidade de moradia ser um importante elemento em comum a todas as famílias, podemos dizer que participar desta rede de relações de amizade era tão importante quanto. Constatamos isto ao verificarmos que o movimento, aberto no sentido da participação política, era restrito aos membros da rede de relações que difundiu e “organizou” informalmente a ocupação. Tanto que, apesar do alto déficit habitacional à época em Curitiba, o movimento inicial de ocupação teria sido pequeno, contando apenas com cerca de 40 pessoas. E a ocupação manteve a mesma informalidade que definia as relações entre seus participantes em diversos aspectos, o que nos permite dizer que este traço constitui, em grande medida, o caráter do movimento desde seu princípio.

Para além das amizades, as relações familiares também foram importantíssimas para consolidar a ocupação. Em alguns casos, a família foi uma espécie de motivo para sair da terra natal, uma inspiração para a tentativa de melhorar a vida de todos. Em outros, foi mediadora, pela qual as pessoas vieram a saber do movimento de ocupação e foram incentivadas a participar. Mesmo que não tenha sido citada como motivo de permanência, podemos ver que muitas famílias foram se agrupando durante a história da Vila União Ferroviária. Um filho, um primo, um irmão chegava e, quando se estabelecia, outros membros de seu núcleo familiar vinham atrás. Entre eles também estabeleceram relações de comércio, pela venda, troca e doação de lotes.

A perspectiva de possuir um terreno na capital animava a todos os membros da família seguirem os passos dos primeiros que vinham, a enfrentarem, juntos, as mesmas dificuldades e a desfrutarem das mesmas alegrias. Novas gerações nasceram, criaram-se dentro da vila e começaram a formar suas próprias famílias atualmente, com filhos de outras famílias do local, às vezes vizinhos de rua ou de muro. Vemos que, diante de todos os problemas, os únicos com

quem eles podiam contar totalmente eram os familiares, que se fizeram presentes nas horas mais difíceis: na posse dos lotes, na construção das casas e na abertura das ruas.

Mas nem sempre estes relacionamentos eram opostos à cultura dominante, vide os pequenos mercados imobiliários entre seus membros. Isto demonstra a incorporação em parte do elemento residual em questão, comprovando o alcance e o sentido da cultura dominante neste processo. Inclusive, este seria o principal elemento organizador do movimento, como podemos ver quando retomamos a história de sua formação.

Vários dos primeiros moradores seguiram os exemplos dos três organizadores e logo não havia mais terrenos livres, cada nova família que chegava tinha de pagar pelo terreno que pretendia tomar posse. Este mercado era informal não apenas pela ausência de documentos legais que garantissem a permanência das pessoas nos lotes, mas também pela cotação deles. Não havia qualquer regulação do preço destes lotes, os ocupantes determinavam seu preço sendo influenciados não pelos preços praticados pelos demais ocupantes, mas sim pela quantia que consideravam suficiente para atender suas necessidades mais “urgentes”. Assim, os lotes eram vendidos por somas que variavam entre 50 a 70 reais, e, por vezes, eram trocados por TVs, bicicletas e outros bens de valor equivalente. Em alguns casos, a necessidade que determinava o preço do terreno era a ocasião de fazer um churrasco para os amigos, então, bastava ao interessado no terreno bancar carnes e bebidas que o negócio estaria fechado.

Nenhum destes “especuladores” enriqueceu graças a essas negociações, mas podemos dizer que tiveram ao menos suas necessidades atendidas, pois o “lucro” que cada um buscava não era exatamente financeiro. Para muitos destes moradores, a posse de mais de um terreno era a melhor oportunidade de conseguir um meio de transporte para ir ao trabalho (uma bicicleta), um aparelho de TV para assistir à novela à noite ou ao jogo de futebol no final de semana. O cálculo que definia o preço dos terrenos era feito a partir de necessidades básicas e desejos simples, cotidianos, mas que significavam muito para estas pessoas. O mercado imobiliário é dessa forma ressignificado, na experiência diária dos moradores, à medida que os valores foram readequados às condições financeiras dos ocupantes, o que implicava uma negociação constante entre as partes interessadas.

Com o passar do tempo, os terrenos foram se valorizando financeiramente, oportunizando aos proprietários dos lotes atenderem necessidades maiores de suas famílias. Se, no princípio, o valor era calculado com base nos custos de um churrasco ou de uma bicicleta nova, atualmente são calculados pensando no valor de um carro novo ou um lote menor para o filho que vai casar. Da ocupação, passando para a vila, até o novo bairro, o mercado imobiliário foi se desenvolvendo consideravelmente.

Um fator importante para a valorização dos terrenos foi o trabalho dos próprios moradores, que, aos poucos, foram melhorando as condições de suas casas, trabalhando eles mesmos (com ajuda de amigos e familiares) nos finais de semana e nas horas de folga, com o tempo os primeiros barracos de madeira foram cedendo lugar a casas de alvenaria e sobrados, que agregavam cada vez mais valor às propriedades. Sem planejamento prévio, as construções foram sendo adaptadas conforme as necessidades dos moradores eram percebidas, como a urgência por um novo quarto com o nascimento de mais um filho.

Outro agente importante na valorização dos terrenos, ao reconhecer a consolidação da ocupação e realizar obras de infraestrutura, foi o poder público. Além das obras de urbanização, a regularização e a atuação da COHAB levou o mercado imobiliário na região a um novo

patamar, em alguns até limitando os preços, pois, os agora proprietários, quando colocam preço em sua propriedade, também devem considerar que o comprador deverá arcar com as prestações devidas, o que, de certa forma, estabiliza um pouco o mercado imobiliário.

Vemos, assim, como a cultura dominante tenta se impor, que ela não pode e não deve simplesmente permitir experiências e práticas residuais fora de si mesma, sem que isso signifique um risco para sua manutenção. Os laços familiares não podem representar mais do que um refúgio diante das forças dominantes, suas relações ainda devem ser regidas pela lógica da cultura dominante. Daí que, em meio às relações familiares, ainda existiria espaço para relações comerciais, regidas pelo mercado imobiliário, mesmo à margem do mercado formal ainda seguiam sua dinâmica. Laços de amizade, família e mercado imobiliário são elementos do passado, mas à medida que estão vivos no presente, trabalhando com significados e valores da cultura dominante em seu processo de manutenção, seriam elementos residuais. E os elementos a partir dos quais o movimento foi organizado pelos próprios participantes.

Mas, segundo Williams, o principal elemento de um processo cultural estaria no conjunto de forças sociais associado ao emergente, que justamente por isso guarda em si elementos novos, que podem ser tanto externos quanto internos, e legitimadores do conjunto de ideias do sistema onde surgiu. O termo aponta para um movimento de criação constante de práticas e significados, e a principal questão que levanta seria a distinção entre os elementos realmente novos da cultura dominante, e aqueles que lhe são alternativos ou opostos. De onde surge a principal questão que deve ser respondida por um trabalho que segue tal linha metodológica: Em que medida o surgimento de um novo bairro, a partir de um movimento de ocupação irregular, pode ser considerado como oposto ou como reafirmação do processo de urbanização?

O elemento emergente no caso da Vila União Ferroviária, especificamente, seria o surgimento do novo bairro em si, o Jardim Parque Iguaçú. Nascido no espaço para além dos limites estabelecidos da cidade, representados pela linha do trem que funcionava como uma espécie de fronteira da área legalizada com a área irregular, nasceu a partir da iniciativa de seus próprios moradores. Certo que o início do complexo de ocupações ocorreu ao lado de um loteamento existente da COHAB, mas ele serviu apenas como orientação da direção que a ocupação deveria seguir. Sua expansão ocorreu em uma área que sequer era reservada para isso, nas falas dos entrevistados, podemos ver que alguns deles inclusive chegaram a duvidar da viabilidade de permanecer na área devido as suas características físicas. Mas, diante de sua permanência, o poder público teve de realizar obras para prover a estrutura necessária à habitação na região.

A ocupação, de certa forma, conduziu e orientou o sentido das obras, não à toa que as primeiras foram no sentido de evitar novas enchentes. Desde os primeiros dias, foram os próprios ocupantes que organizaram o movimento, a medição, a divisão e a venda dos lotes. Também ergueram a estrutura necessária à sua permanência na área, improvisando ligações clandestinas de luz, água e esgoto, além de terem aterrado terrenos que apresentavam cavas, e aberto as ruas que fizeram ligação da nova ocupação com a parte mais antiga do complexo e com o bairro legalizado. Os recursos para estas primeiras obras foram providenciados pelos ocupantes, desde o dinheiro necessário até a mão de obra, cada morador aterrava o próprio lote, e, em conjunto com vizinhos e parentes, abria a rua em que ficaria sua futura casa. Cada um abria a rua até a frente de seu lote, e o morador seguinte continuava a obra, num movimento de construção contínuo. Uma vez abertas, as ruas ganhavam nomes atribuídos por seus construtores, referenciando, às vezes, os moradores daquela rua e, por vezes, ideais, como é o caso de uma das primeiras ruas abertas, a Rua Progresso.

Conforme a ocupação da área foi se consolidando, o poder público acabou vendo-se obrigado a regularizar e a urbanizar a área. A urbanização da vila teve início em 2003, com a instalação dos primeiros postes de luz, o que representou não apenas a chegada da luz elétrica, mas também o reconhecimento por parte do Estado da legitimidade, da consolidação da ocupação. A seguir, a água tratada e a rede de esgoto começaram a ser instaladas, bem como a pavimentação das ruas e a construção dos primeiros aparelhos públicos localizados dentro da própria vila, bem como a construção de casas populares visando atender os moradores em áreas mais precárias.

O passo seguinte foi o início dos processos de regularização da posse dos terrenos, que ainda está em curso. Tanto a construção das casas quanto o processo de regularização foram executados pela COHAB. Com a atribuição de um nome oficial para toda área, Jardim Parque Iguazu, tivemos o reconhecimento do complexo como parte de Curitiba, com sua inclusão nos mapas oficiais da cidade. Nas obras de urbanização, as ligações irregulares de luz, água e esgoto clandestinas foram substituídas por ligações com toda estrutura da rede pública. Aparelhos públicos foram construídos, como um Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), um Centro da Juventude, uma Creche, um Centro de Reciclagem e o Parque da Imigração Japonesa. Foram construídas casas para as famílias localizadas em áreas em situação de risco, principalmente de alagamentos. Outra questão que teve de ser enfrentada pelo poder público foi a da segurança, com a instalação da primeira unidade do programa “Paraná Seguro”. E, finalmente, o mais importante para os moradores, a regularização da posse dos lotes, via um plano de financiamento da COHAB que contempla o orçamento das famílias.

De um lado, temos o poder público que, por meio de seus agentes e do discurso urbanista, tenta impor uma racionalidade técnica no sentido de organizar o movimento e a ocupação do território. De outro, temos os moradores que, por sua iniciativa própria, tentam conseguir uma moradia dentro de suas possibilidades financeiras, com os mesmos desejos e perspectivas que qualquer outro morador da cidade. Mas estes dois lados da relação não são exatamente opostos, basta lembrarmos que os participantes do movimento que decidiram permanecer na vila reivindicam seu reconhecimento como um bairro da cidade. E, a partir do momento em que começa o processo de urbanização e regularização, os representantes do poder público também trabalham no mesmo sentido, de incorporar o movimento à cidade, tentando adaptá-lo ao processo de urbanização em curso. O movimento de ocupação do complexo Audi-União antes de se opor à Curitiba anseia por fazer parte de sua história, de seu processo de urbanização. A sua emergência não se coloca então como oposta ao processo em questão, ao invés disso, pretende se integrar a ele, senão reafirma todos os seus traços, ao menos o torna mais complexo e diverso.

Considerações Finais

Procuramos, com este artigo, contribuir na compreensão de uma das principais dimensões da desigualdade social brasileira, a dimensão socioespacial, que se manifesta em nosso processo de urbanização. Pudemos identificar, ainda que de forma breve, que a relação entre segregação espacial e desigualdade social seria umbilical no caso brasileiro, à medida que nossas principais cidades se desenvolveram, a desigualdade também foi reproduzida durante o processo. Em suma, podemos dizer que, no Brasil, desigualdade e urbanização se retroalimentam. Juntamente da produção e reprodução da desigualdade social, a urbanização brasileira teria gerado diversos problemas associados, como exclusão social, crise habitacional, segregação espacial, violência urbana e degradação ambiental.

A cidade de Curitiba não foge à regra, durante as últimas quatro décadas se consolidou como uma das principais cidades do país, a ponto de ter se tornado um polo de atração para pessoas de todas as regiões. Mas, da mesma forma que as demais metrópoles brasileiras, seu crescimento foi acompanhado pelo surgimento de várias ocupações irregulares e favelas em toda sua malha urbana, contribuindo decisivamente em seu desenvolvimento e no povoamento de sua área total. Portanto, apesar desta população ter sido marginalizada espacial, social e economicamente, tiveram um papel ativo na urbanização da cidade. Desta forma, precisávamos de instrumentos teóricos que nos possibilitassem compreender as formas de inserção desta parcela significativa da população, para tanto, tomamos como estudo de caso o surgimento de um bairro a partir de um movimento de ocupações irregulares.

Acreditamos ter encontrado o modelo teórico na proposta metodológica de Raymond Williams, em sua *Sociologia da Cultura*, que lê o mundo social enquanto um processo nos termos da hegemonia de Gramsci. Daí, fizemos uma leitura do processo de urbanização de Curitiba enquanto um processo hegemônico, formado por alguns elementos definidos por Williams e identificáveis em meio à dinâmica social. Destacamos como organizadores os elementos definidos como residuais, no caso principalmente a família e o mercado imobiliário. Mesmo por fora do mercado formal, obedeceram a sua lógica e conduziram a ocupação da Vila União Ferroviária. De modo que podemos identificar a emergência deste novo bairro não como uma contestação do processo hegemônico de urbanização em curso na cidade, mas como uma reafirmação, pois até mesmo aqueles que estariam à margem participam e contribuem ativamente. Nossos estudos até aqui levantam várias possibilidades e questões para futuras análises. Como se dá esta incorporação é o que nós devemos discutir, identificando em que medida o movimento aceita o que lhe é imposto, e mais, em que medida cria suas próprias soluções para o processo em andamento.

Referências

- BONDUKI, N.; ROLNIK, R. Periferia da Grande São Paulo: reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho. In. MARICATO, E. (Org.). **A Produção Capitalista da Casa (e da cidade) do Brasil Industrial**. São Paulo: Alfa-ômega, 1979, p. 35-56.
- CURITIBA. Boletim Casa Romário Martins. COHAB-CT: 41 anos de planejamento e realizações. **Curitiba**, v. 30, n. 133, p. 14-19, dez. 2006.
- FIRKOWSKI, O. L. C. F. A nova lógica de localização industrial no aglomerado metropolitano de Curitiba. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, n. 103, p.79-100, jul./dez. 2002.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 1980**. Rio de Janeiro, IBGE, 1980.
- _____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 1991**. Rio de Janeiro, IBGE, 1991.
- _____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro, IBGE, 2000.
- _____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro, IBGE, 2010.
- _____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010: Aglomerados Subnormais. Primeiros Resultados**. Rio de Janeiro, IBGE, 2011.

- KOWARICK, L. **A espoliação urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 1979.
- _____. **Escritos Urbanos**. São Paulo: Editora 34, 2000.
- KOWARICK, L.; CAMPANÁRIO, M. São Paulo: metrópole do subdesenvolvimento industrializado. In. KOWARICK, L. (Org.). **As lutas sociais na cidade**: São Paulo Passado e Presente. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 1988, p. 19-35.
- MARICATO, E. (Org.). **A Produção Capitalista da Casa (e da cidade) no Brasil Industrial**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.
- _____. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: Planejamento urbano no Brasil. In. ARANTES, O. B. F.; VAINER, C. (Orgs.). **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. 2. ed. São Paulo: Vozes, 2000, p. 107-135.
- PEREIRA, G.; SILVA, M. N. Dinâmica Imobiliária na Região Metropolitana de Curitiba: o mercado formal e informal e a estruturação da metrópole. In. MOURA, R.; FIRKOWSKI, O. L. C. de F. (Orgs.). **Dinâmicas intrametropolitanas e produção do espaço na Região Metropolitana de Curitiba**. Curitiba: Letra Capital, 2009, p. 295-314.
- PEREIRA, L. (Org.). **Urbanização e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, , 1969.
- SANTOS, C.; BRONSTEIN, O. Meta-urbanização – o caso do Rio de Janeiro. **Revista de Administração Municipal**, v. 25, n. 149, 1978.
- SANTOS, M. **Por uma economia política da cidade**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SILVA, M. N. da. **A dinâmica de produção dos espaços informais de moradia e o processo de metropolização de Curitiba**. 2012. 259 f. Tese (Doutorado em Geografia) –Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.
- _____. O processo de produção dos espaços informais de moradia na metrópole de Curitiba entre as décadas de 1990 e 2000. **Urbe - Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 6, p. 89-108, 2014.
- ULTRAMARI, C.; MOURA, R. (Orgs.). **Metrópole grande Curitiba**: teoria e prática. Curitiba: IPARDES, 1994.
- VALLADARES, L. P. (Org.). **Habitação em Questão**. Rio de Janeiro: Zahar 1980.
- WILLIAMS, R. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.